


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006619-55.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação de Exigir Contas - Obrigações**
 Requerente: **Izabel Cristina Benedito Mendes Carvalho**
 Requerido: **ALIANÇA DO BRASIL CIA DE SEGUROS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

IZABEL CRISTINA BENEDITO MENDES CARVALHO promove pedido condenatório em face de ALIANÇA DO BRASIL CIA DE SEGUROS sustentando, em síntese, ter celebrado contrato de seguro de vida com o requerido em 2002, o qual foi cancelado dez anos depois, sem prévio aviso, em razão de inadimplemento contratual. Pretende a restituição dos valores pagos durante a vigência da relação jurídica. Com a inicial vieram os documentos de fls. 04/06.

Citado, o requerido apresentou resposta arguindo a ocorrência de prescrição e impugnando os argumentos lançados na petição inicial (fls. 42/51).

Houve réplica (fls. 62/67).

Instadas, as partes manifestaram desinteresse pela produção de provas (fls. 70/71 e 73).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Proceda a serventia à adequação do polo passivo para que reflita os documentos de fls. 27/28.

O julgamento antecipado está autorizado pelo artigo 354 do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

O contrato de seguro foi cancelado em 2012.

A questão prejudicial, portanto, merece acolhimento. Com efeito, aplica-se à hipótese o artigo 206, §1º, do Código Civil.

Verifique-se: *"SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA IMPROCEDENTE, RECONHECENDO-SE A PRESCRIÇÃO. INVIABILIDADE. HIPÓTESE EM QUE A CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE OCORREU QUANDO DA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. VERIFICAÇÃO DE QUE A AÇÃO FOI PROPOSTA DENTRO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE UM ANO. RECONHECIMENTO DE*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL PREVENDO COBERTURA POR INVALIDEZ SOMENTE QUANDO O SEGURADO ESTEJA EM PERMANENTE ESTADO VEGETATIVO, IMPEDIDO DE REALIZAR QUALQUER ATO DA VIDA COTIDIANA. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR DOENÇA/FUNCIONAL RECONHECIDA EM RAZÃO DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, UMA VEZ QUE O SEGURADO, TRABALHADOR BRAÇAL, NÃO PODE EXERCER SUAS ATIVIDADES, NEM ADAPTAR-SE A OUTRA FUNÇÃO, E SE ENCONTRA APOSENTADO POR INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. JUROS LEGAIS DE MORA CONTADOS DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE A PARTIR DA RECUSA ADMINISTRATIVA. SENTENÇA REFORMADA. Recurso de apelação provido" (Relator(a): Cristina Zucchi; Comarca: Limeira; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 14/09/2016; Data de registro: 23/09/2016).

A narrativa dos fatos indica o início do prazo prescricional no momento do cancelamento da apólice, na medida em que a autora manifesta conhecimento da inadimplência e os motivos que acarretaram a resolução contratual, em 2012.

Competia à autora comprovar a interrupção ou suspensão do prazo prescricional, mas, intimada, manifestou desinteresse pela produção de provas, não se desincumbindo do ônus que lhe impõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil (fl. 73).

Assim, proposta tardiamente a ação, cumpre pronunciar a prescrição.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido (CPC. Art. 487, II). Arcará a autora com custas e com honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade concedida.

Interposta apelação, viabilize-se a apresentação de contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 31 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**